

A cena brasileira - VII



Por **BENÍCIO VIERO SCHMIDT***

Comentários sobre acontecimentos recentes

A pandemia segue marchando em níveis alarmantes. O Brasil tornou-se recordista mundial em número de vítimas por dia. A sucessão do ministro da Saúde Eduardo Pazuello pelo médico Marcelo Queiroga se deu em detrimento da movimentação comandada pelo centrão a favor da médica Ludhmila Hajjar, ação refutada pelo presidente da República.

Novamente pairam dúvidas sobre o currículo de um novo ministro. Ele afirma, por exemplo, que está inscrito em um doutorado em bioética há doze anos. Pela legislação brasileira, quem fica mais de quatro anos sem defender a tese é jubilado. O curso no qual ele está matriculado também está sob suspeição. Trata-se de um convênio muito inusitado entre o Conselho Federal de Medicina e a Universidade do Porto. O curso funciona com apenas um professor que de vez em quando vem ao Brasil. Portanto, temos outra vez a possibilidade de falsidade ideológica no currículo de um ministro já nomeado.

A maioria dos governadores, atuando de forma unificada, pressionou pela substituição do ministro Pazuello e em prol da vacinação em massa, reclamando da não contratação de vacinas em quantidades suficientes. Além disso, aumenta a pressão da ONU sobre o Brasil, devido ao papel que o país incorporou de difusor mundial de cepas variantes do vírus da COVID-19.

Outra questão importante que está em andamento sem ganhar manchetes é a reforma política. Grande parte dos deputados quer a criação do “distritão”, modelo no qual os mais votados seriam eleitos independentemente da cota proporcional dos seus partidos. Também lutam pelo reestabelecimento das coligações para as eleições parlamentares. É tradição brasileira que a cada eleição se tenha uma nova legislação. Essas propostas contrariam as expectativas de que as modificações vigentes a partir da eleição de 2018 fossem mantidas, retirando partidos pouco votados da distribuição do fundo eleitoral.

A Organização Econômica Para o Desenvolvimento (OCDE) criou um comitê de monitoramento da corrupção no Brasil exatamente no momento em que se anuncia o fim da operação Lava Jato. Espera-se que o Brasil reaja continuando a punir os corruptos e especialmente os golpes contra o interesse público.

A reunião do Copom do dia 17 de março subiu a taxa básica de juros (Selic) de 2% para 2,75%. Trata-se de um reconhecimento da pressão da inflação ascendente.

Finalmente, a sucessão. A retomada dos direitos políticos de Lula ainda depende de uma votação no STF. Mas já podemos observar alguns sintomas interessantes como a aglutinação de vontades tão díspares quanto as de Delfim Neto e do PSOL que apontam Lula como seu candidato favorito para as eleições de 2022. Uma convergência realmente extraordinária. O efeito Lula reposiciona a situação do governador João Doria que agora cogita concorrer à reeleição. Embora os efeitos da presença de Lula no cenário eleitoral ainda estejam longe de serem configurados é provável que ela traga maior alento e menos pulverização às eleições vindouras.

***Benício Viero Schmidt** é professor aposentado de sociologia na UnB. Autor, entre outros livros, de *O Estado e a política urbana no Brasil (LP&M)*.